

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

ACERVOS HISTÓRICOS E ESTUDOS DA URBANIZAÇÃO: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico

SESSÃO TEMÁTICA: Teoria e método em história da arquitetura e da cidade

Monique Félix Borin

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP

Pesquisa financiada pela FAPESP

moniquebfelix@gmail.com

ACERVOS HISTÓRICOS E ESTUDOS DA URBANIZAÇÃO: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico

RESUMO

Os estudos sobre a urbanização das cidades brasileiras no século XIX e início do século XX foram uma tendência que auxiliou no fortalecimento do campo da história das cidades, em geral se apoiando na análise de legislações e planos urbanísticos que regulavam a estrutura e infraestrutura física urbana. Nos últimos anos vivemos um movimento de pluralização dessas fontes, expandindo as investigações para outros tipos de documentos urbanísticos, como requerimentos, relatórios, registro de imóveis, levantamentos topográficos, mapas e fotografias técnicas. Manteve-se, no entanto, uma centralidade em fontes que poderíamos definir como de origem urbanística, ou seja, que já foram produzidas diretamente para tratar das questões do urbano. Nesta comunicação propomos o cruzamento de fontes urbanísticas com fontes de natureza distinta como metodologia para o estudo da urbanização das cidades brasileiras no período, particularmente a urbanização de bairros centrais de São Paulo. Tal estudo de caso servirá para avaliar as potencialidades e as problemáticas do cruzamento de fontes proposto, particularmente a série Obras Particulares, do Arquivo Histórico de São Paulo com os Autos Crime do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo. O enfoque dessa proposta metodológica se alinha com investigações que tratam do papel da população e da iniciativa privada como agentes importantes na urbanização das cidades brasileiras, deslocando um foco excessivo no estudo de grandes obras públicas, que dominaram muitos dos estudos iniciais sobre essa temática e que têm uma relação clara com a preponderância do uso da legislação como fonte exclusiva. Essa perspectiva de análise traz implicações teóricas, que serão discutidas a partir do diálogo com Walter Benjamin e Beatriz Sarlo sobre o papel do cotidiano na formação das cidades, que perseguimos a partir do conceito de experiência da urbanização.

Palavras-chave: Fontes. Urbanização. Palavra-chave 3.

COLLECTIONS HISTORICAL AND URBANIZATION STUDIES: crossing urban and judicial sources as a methodological resource

ABSTRACT

Studies on the urbanization of Brazilian cities in the nineteenth and early twentieth century were a trend that helped in strengthening the field of history of cities, generally relying on the analysis of laws and urban plans that regulated the urban structure and physical infrastructure. In recent years we have experienced a pluralization of these sources, expanding the research to other types of urban planning documents, such as requirements, reports, property registration, surveys, maps and technical photographs. However, a centrality in sources that could be defined as having urban origin, or which have been produced directly to address urban issues remained. In this paper, we propose the discussion of the intersection of urban sources with sources of different nature and methodology for the study of urbanization of Brazilian cities, in the late nineteenth century to the twentieth century. We discuss a case study on the potentialities, as well as the disadvantages of crossing urban sources, particularly the "Obras Particulares" (Private Works) series, of the Historical Archives of São Paulo, with judicial sources, Autos Crime of the São Paulo Court Archives, when doing research about the urbanization of central districts of São Paulo. The focus of this methodological proposal aligns with studies that address the role of the population and the private sector as key agents in the urbanization of Brazilian cities, displacing an excessive focus on the study of large public works, which dominated many of the early studies on this topic and have a clear relationship with the preponderance of using legislation as sole source. This analytical perspective brings theoretical implications, which will be discussed from the dialogue with Walter Benjamin and Beatriz Sarlo on the everyday role in the formation of cities that we pursue from the concept of experience of urbanization.

Keywords: Sources. Urbanization. Keyword 3.

1. INTRODUÇÃO

Baudelaire não descreve a população, nem a cidade. E é justamente esta renúncia que lhe permite evocar uma na imagem da outra. Isto o torna muito superior a Barbier que – usando o procedimento descritivo – faz com que a massa e a cidade estejam uma fora da outra. (Benjamin, 1975, 48)

A urbanização das cidades brasileiras nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX foi objeto recorrente de estudos¹, possibilitando a consolidação do campo da história urbana no país. Essa grande produção não significou, no entanto, o esgotamento desse campo, mas sim possibilitou reflexões que abriram novas problemáticas sobre os modos de se investigar o fenômeno urbano. Se por muito tempo as pesquisas se centraram em planos urbanos e legislações, marca dos estudos tradicionais,² um dos principais desdobramentos dos questionamentos a essa produção foi um movimento de pluralização das fontes históricas utilizadas nesse tipo de investigação. Buscando ampliar perspectivas sobre as intervenções do poder público no processo de urbanização, pesquisadores passaram a diversificar as fontes de origem urbanística consultadas. Documentos como requerimentos, relatórios, registro de imóveis, levantamentos topográficos, mapas, fotografias técnicas, tomaram o protagonismo em diferentes estudos, gerando uma contribuição que não se limitou a novos documentos de pesquisa, mas sim trouxe implicações teóricas sobre o objeto de pesquisa desse campo.

A diversificação de fontes não constitui uma solução simples para a história urbana, mas faz com que, a cada introdução de uma documentação diferente, as discussões acerca da natureza do nosso objeto de estudo se tornem mais complexas. Nesse sentido, introduzir uma nova fonte de estudo não é somente permitir uma visão por outro ângulo, mas sim questionar sobre a natureza dele. No caso dos estudos sobre a urbanização no campo da história urbana, o movimento de diversificação de fontes nos leva ao questionamento o que entendemos como o processo de urbanização. Se os estudos iniciais, que abarcavam prioritariamente as intervenções do poder público sobre o território e a infraestrutura, criavam a imagem de que a urbanização se tratava disso, da estruturação macro da cidade,

¹ Seriam inúmeros trabalhos para referenciar, citaremos alguns que tiveram considerável projeção: Marx, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1980; Benchimol, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; Sevchenko, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Pesavento, Sandra Jatahy. *Os Pobres da Cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: UFRGS, 1994; Chalhoub, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Rolnik, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/NOBEL. 1997.

² Um exemplo bem panorâmico dessa produção está presente no livro coordenado por Maria Cristina da Silva Leme, “O Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965”, publicado em 1999 condensando pesquisas das décadas anteriores. O livro dispõe de mais de 600 páginas, entre artigos, guia de fontes (planos e projetos urbanísticos) e estudos de trajetórias de profissionais ligados ao urbano. Leme, Maria Cristina da Silva. *O Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM; 1999.

a introdução de novas fontes evidenciou outros atores desse processo, questionando o que, de fato, seria a urbanização.³ De certa forma, o tema da diversificação de fontes e o questionamento sobre a natureza do objeto de estudo da história urbana ecoam as preocupações de Marina Waisman sobre a consistência do trabalho historiográfico: “A exigência da objetividade para o historiador deve centrar-se, portanto, na adesão à realidade em toda a sua complexidade, de modo que o recorte que, forçosamente, deverá fazer, não distorça os traços fundamentais do território onde atua” (2013, 51-52).

Seguindo as reflexões de Waisman, essa comunicação discute a metodologia do cruzamento de fontes urbanísticas com fontes de outras naturezas,⁴ explorando a dupla relação de gerar e ser gerada pelas implicações teóricas do alargamento do conceito de urbanização no campo da história urbana. Estudos recentes abordaram diversos tipos de fontes não urbanísticas para tratar do fenômeno urbano, como a literatura, os jornais, inventários, cartas de crédito, relato de viajantes, que trouxeram consigo muitas potencialidades para esse campo de estudos⁵. A proposta que trazemos, de discutir o caso específico do cruzamento de uma fonte urbanística, as Obras Particulares⁶, com uma fonte judiciária, os Autos Crime⁷, na investigação sobre a urbanização de São Paulo em fins do século XIX, faz parte desse movimento, e carrega, também, suas problemáticas. Se há uma implicação teórica delicada nesse movimento, há uma questão precedente, sobre os desafios metodológicos da utilização do cruzamento de fontes em um trabalho historiográfico.

Cada fonte exige de quem a analisa um olhar apurado a partir de uma série de discussões teórico-metodológicas. Analisar um corpo documental é, então, deparar-se a todo momento com impasses na sua leitura, propiciados pelos descompassos que são característicos do

³ Não ignoramos aqui alguns estudos clássicos que trataram a cidade a partir de uma perspectiva cultural, mas os desconsideramos nessa análise pois estavam voltados a uma perspectiva psicologizante do impacto das modificações da cidade moderna na psique e sociabilidade das pessoas, e não na interação da vida dessas pessoas com a conformação urbana, um estudo base desse movimento é: Georg Simmel, *As grandes cidades e a vida do espírito* (1903), *Mana* [online], 2005, vol.11, n.2.

⁴ Entendemos fontes urbanísticas como fontes que foram produzidas para tratar diretamente do urbano e da cidade, em que sua preocupação primária é dar conta desse universo; Entre as fontes de outras naturezas podemos citar fontes judiciárias e policiais, que constituem as fontes criminais, imprensa, memorialísticas, orais, iconográficas, etc.

⁵ Tais como: Pires, Walter. *Configuração territorial, urbanização e patrimônio: Colônia da Glória (1876-1904)*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003; Oliveira, Maria Luiza de. *Entre a casa e o armazém*. São Paulo: Alameda, 2005; Gennari, Luciana Além. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005; Brito, Mônica Silveira Brito. *Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. Doutorado: USP, 2006; Castro, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia: arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008;

⁶ A série Obras Particulares é parte do sub-fundo da Diretoria de Obras e Viação, que compõe o fundo Prefeitura Municipal de São Paulo (Bueno, 2011), estão compreendidos todos os pedidos formais para alinhamento, reforma, adequação, ou construção de edifícios no período de 1870 a 1922. Em geral, os ofícios de pedido são acompanhados por croquis ou plantas, que, no entanto, não têm nenhuma padronização, podendo ser desde plantas elaboradas, feitas por engenheiros, até simples rascunhos tracejados a lápis por um mestre de obras, quando não pelo próprio proprietário.

⁷ Os Autos Crime é uma documentação de caráter judicial, que tem amplo trânsito entre a polícia e o judiciário, e abre a documentação desde o relato de um crime até o seu julgamento, podendo ser interrompida em qualquer parte desse processo. Essa documentação não está organizada, e é ainda mantida pelo Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo, apesar de já ser de caráter permanente.

trabalho historiográfico no intuito de buscar uma leitura sobre as interações das diferentes camadas que compõe um documento e suas reverberações, internas e externas. Quando se utiliza o cruzamento de fontes como o principal instrumento metodológico em uma pesquisa as dificuldades se multiplicam, já que o pesquisador deve dar conta de discutir as questões específicas à análise de cada tipo de documento que será utilizado, mas também das características específicas do cruzamento daqueles tipos de fontes. A complexidade dessa proposta metodológica, tendo em vista as dificuldades de trabalho trazidas por ela, se explica pelo desafio que a cidade apresenta à história como objeto de estudo. Apresentamos, então, uma discussão sobre a necessidade de um esforço teórico-metodológico para “não distorcer os traços fundamentais” da cidade brasileira e de sua urbanização. Para isso, discutiremos as características envolvidas em um trabalho que realiza cruzamento de fontes em nossa área, e as implicações dessa opção metodológica no diálogo com os desafios trazidos pela cidade e pela urbanização como objetos de estudo e, por fim, faremos alguns apontamentos teóricos sobre caminhos possíveis a partir de desdobramentos dessa proposta.

2. A CIDADE E A FRAGMENTAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O URBANO

Em um final de tarde do mês de novembro de 1909, por volta das 16h, começou um tumulto na venda de Thereza. O comércio dessa italiana, que consistia apenas em uma porta com balcão voltado para rua, era muito frequentado pelos trabalhadores das estações de trem da Barra Funda, em especial os carroceiros, nos intervalos do trabalho ou ao final de sua jornada. O tumulto ocorreu no momento que João Cláudio⁸, um carroceiro de 28 anos, casado, negro, natural de Campinas e que não sabia ler ou escrever, chegou ao bar de Thereza, junto de seu companheiro Henrique Cruz. Lá encontraram José Marcelino, outro carroceiro da estação Barra Funda, com quem Henrique tinha um desentendimento. O bate-boca entre os três se transformou em luta física, e João Cláudio sacou uma faca na intenção de agredir José Marcelino. Enquanto José se evadiu pelos fundos do estabelecimento, João e Henrique foram impedidos de entrar na venda por um sobrinho de Thereza que dizia que não “consentia questões na venda”. A contenda de João Cláudio não terminaria por ali, seguiria por muitas ruas do bairro da Barra Funda e se arrastaria até a noite, quando o desdobramento da sua briga com José se transformaria em um enfrentamento com guardas civis, razão principal para abertura de processo contra ele. No Inquérito Policial contra João

⁸ A Justiça contra João Cláudio, 1909. Processo número 058J0244 - 0032 – 2, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Cláudio só três testemunhas além dos guardas civis dão depoimento: são três carroceiros, homens, com idades entre 20 e 35 anos, todos moradores declarados do mesmo endereço, Rua do Bosque, 182.⁹ João Cláudio respondeu em liberdade o processo pela agressão aos guardas civis porque dois senhores o afiançaram:

Requerimento

Aos quatro de novembro de mil novecentos e nove, no Posto policial de Santa Ephigenia, presente o doutor Ascanio de Cerqueira, Terceiro Delegado de Policia, commigo escrivão ao final nomeado compareceu o accusado João Claudio e por elle foi dito que achando-se preso por crime affiançavel e desejando livrar-se solto, requeria lhe fosse permittido prestar fiança provisória para o que apresentava para fiadores os senhores Ciro Falsoni e João Namur. Pela auctoridade foi deferido o presente requerimento arbitrando a fiança em dusentos mil réis [...]

A liberdade de João foi conquistada no mesmo dia, a partir do termo de fiança que diz que às 10h da manhã compareceram ao posto policial os senhores responsáveis pela fiança: Ciro Falsoni, proprietário na rua Lopes Chaves nº33, e João Namur, negociante a rua da Barra Funda nº120, sendo eles “pessoas reconhecidas pela auctoridade como abonadas”, e que declaravam estar responsáveis pelo comparecimento de João Claudio durante o processo no tempo da fiança “sob a responsabilidade do valor já arbitrado”. Uma das propriedades que garantiu a liberdade provisória do carroceiro negro João Cláudio aparece em um pedido de autorização à Secretaria de Obras para realização de modificações: o pedido era de Cyro Falsoni¹⁰, que pretendia construir uma cocheira na casa localizada na rua Lopes Chaves.¹¹ O pedido foi remetido a Prefeitura em 28 de março de 1905, com planta anexa, que discriminava com detalhes não só a futura cocheira, mas a propriedade como um todo. Nesse endereço, havia entrada para dois imóveis diferentes e bem separados: a esquerda, havia uma casa constituída por cinco cômodos, iniciando por um grande espaço

⁹ O que podemos apreender dos relatos dos depoentes, assim como da documentação levantada sobre o período, é provável que esse endereço representasse uma moradia coletiva de trabalhadores da ferrovia. Vemos referências diretas a esse tipo de habitação em pelo menos outros dois processos: no ano de 1896, num processo relativo a atropelamento, Antonio Maia, um português de 29 anos, “trabalhador da linha inglesa”, declarou que era “morador no rancho dos trabalhadores na barra funda”, sem especificar o endereço; também em um processo sobre atropelamento, datado de 1911, tanto o maquinista, José Lopes, um espanhol casado de 27 anos, quanto o fogueista, Cyrillo Amorim, de 21 anos e também casado, declararam que residiam na Estação da Barra Funda.

¹⁰ Ofício com pedido de Cyro Falsoni. Encadernado 415. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

¹¹ A numeração que aparece no pedido é n35. Nos quatro anos que separam o pedido de reforma de Falsoni e o processo de João Claudio no qual este foi fiador, a propriedade pode ter sido desmembrada na numeração, já que já se tratavam realmente de duas casas distintas e com entradas independentes. No mesmo sub-fundo Diretoria de Obras e Viação Particulares do AHMSP, há a série Emplacamentos, onde é possível ver a sistemática mudança nas numerações dos edifícios naquele período.

que abrigava um armazém, e por ali se podia ter acesso aos outros cômodos; a direita, na mesma disposição de “corredor”, a segunda casa possuía seis cômodos. Falsoni pretendia construir a cocheira contra o muro de fundo, no lado do quintal da casa que possuía o armazém.

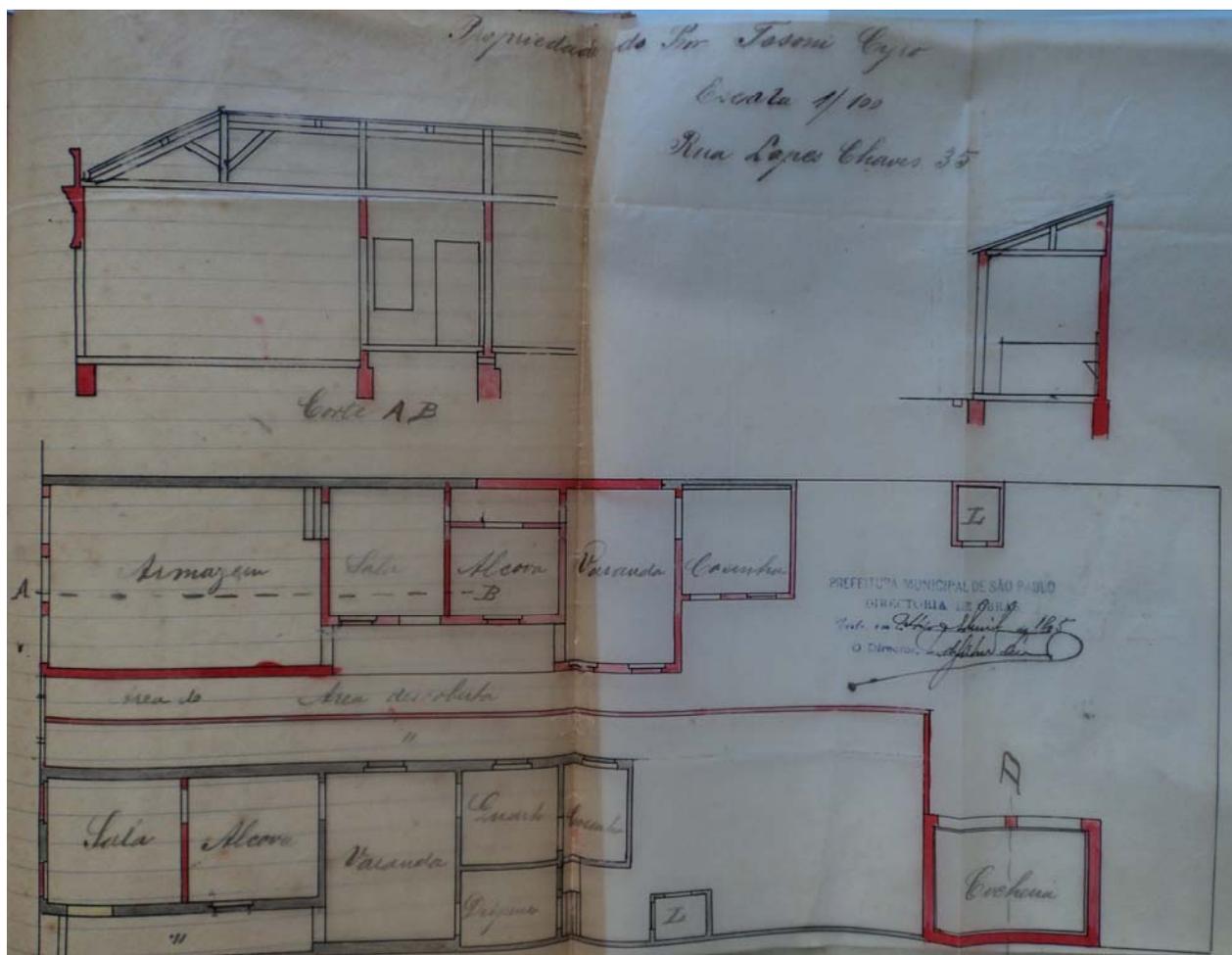


Figura 1 - Croqui anexado ao ofício com pedido de Cyro Falsoni. Encadernado 415. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo.

As histórias do carroceiro João Cláudio e do proprietário Cyro Falsoni se encontram de maneira direta nessas fontes, possibilitando uma análise exemplar das potencialidades e do tipo de preocupações trazidas por essa metodologia do cruzamento de fontes. Temos aqui dois tipos de documentos produzidos em função de uma relação com o poder público, mas as suas diferenças já se iniciam aí: enquanto um auto crime é produzido diretamente pela estrutura estatal, em trânsito constante entre a polícia e o judiciário, os papéis que compõe as Obras Particulares foram produzidos por pessoas fora da esfera estatal, tal qual

construtores, práticos licenciados, engenheiros, arquitetos, e até os próprios proprietários, e endereçados ao poder público, em cumprimento a normativas citadinas, que analisava e produzia material complementar a essa documentação. Também não passa despercebido quem é o protagonista de cada tipo de documentação: enquanto no registro criminal um carroceiro negro é o principal personagem e o proprietário é apenas um personagem periférico, nos pedidos de obras a figura dos proprietários e/ou agentes da construção civil reina sozinha. Essas breves leituras do cruzamento dessas fontes específicas nos permitem abordar duas questões sobre as suas referidas potencialidades e problemáticas: como, para quem e para quê elas foram produzidas, assim como quem as produziu; e qual universo de relações sociais pode ser expresso em cada tipo de fonte.¹²

Fontes de origem criminal são um instrumento bastante estudado na história, especialmente depois da crítica ao positivismo e ao historicismo promovido pela Escola dos Annales, no último século.¹³ Elas fazem parte de uma renovação de fontes historiográficas, na busca de personagens e relações sociais “esquecidos” pela história oficial.¹⁴ Essa potencialidade da fonte criminal foi sintetizada por Maria Cristina Wissenbach, que aponta que ela é “capaz de reestabelecer o contato com a concretude de vivências sociais, bem como de deslindar espaços pouco documentados, movimentos sutis e não hegemônicos, papéis sociais informais subjacentes” (Wissenbach, 1997, 15). Ou seja, pela própria lógica do processo criminal, essa fonte não consegue sufocar as expressões das tensões sociais que ligam as normas as pessoas que às infringem – o cotidiano expresso num processo criminal é sempre imbuído de um forte dinamismo social. Além disso, a finalidade de um processo criminal está muito mais ligada aos usos que será feito dele na sociedade em que ele foi produzido, e não como um registro para sociedades futuras.¹⁵ Assim, por mais que não seja

¹² A discussão sobre essas questões é vasta e não poderemos dar conta de toda ela aqui, indicamos um livro de referência para a reflexão sobre as fontes judiciárias, em que a autora esmiúça questões teóricas e práticas do trabalho desse tipo de documentação: Farge, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009. Indicamos esse livro por ser integralmente dedicado ao debate sobre as especificidades das fontes criminais, mas há uma produção difusa, tanto em pesquisas que utilizam fontes criminais quanto em reflexões teóricas sobre as fontes de maneiras geral. No que concerne as fontes aqui nomeadas de “urbanísticas”, há uma carência de produção específica e sistemática sobre o tema.

¹³ Para uma introdução ao tema: Bloch, MARC. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

¹⁴ O trabalho pioneiro no Brasil que abordou fontes criminais é o “Homens Livres na ordem escravocrata”, de Maria Sylvania de Carvalho Franco, tese de doutorado defendida na USP em 1964. Nesse estudo clássico Franco aborda de maneira heterodoxa e desafiadora as teses dos teóricos do subdesenvolvimento sobre o convívio entre o “atraso” e a “modernidade” no Brasil. Apesar da sua preocupação não ser a cidade, mas sim as reverberações sociais da figura do homem livre pobre no Brasil escravagista, seu trabalho com fontes de origem criminal partiu de reflexão próximas a de nossa proposta, já que a autora classifica os processos-crime como “talvez a única fonte para a reconstrução histórica das relações comunitárias” (p.17). O caminho aberto por Franco foi seguido por outros pesquisadores, que contribuíram com a consolidação da importância das fontes de origem criminal no país, tal qual Mariza Correa, em *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983; Boris Fausto, em *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 1984; e Sidney Chalhoub, que utilizou processos crimes no seu mestrado *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque*, de 1984. Apesar das diferentes perspectivas de como se encarar a documentação criminal, esses livros seguem como referência na área de fontes jurídico-policiais.

¹⁵ Segundo Farge: “O arquivo não tem absolutamente esse caráter: a testemunha, o vizinho, o ladrão, o traidor e o rebelde não queriam o registro; outras necessidades fizeram com que suas palavras, seus atos e seus pensamentos fossem consignados.

um espaço livre de projeções, mesmo as projeções têm mais relação com o próprio jogo de interesses inerentes as disputas e acordos entre aqueles sujeitos que com a necessidade de construção de uma imagem para o exterior e para o futuro. As possibilidades de se deparar com o que não devia permanecer na memória sobre o passado da cidade são inerentes ao arquivo de caráter criminal:

O arquivo, de algum modo, capta a cidade em flagrante delito: a driblar a ordem, por exemplo, rejeitando a utopia dos policiais ou decidindo, conforme os eventos, aclamar ou hostilizar seus reis, e se sublevando no caso de se sentir ameaçada. Ao ler os registros policiais, constata-se a que ponto a rebelião, o desafio ou mesmo a revolta são fatos sociais corriqueiros que a cidade sabe como administrar, como provocar, assim como reconhecer facilmente seus primeiros sinais. (Farge, 2009, 31)

A documentação que compõe a série Obras Particulares também é entendida, em seu campo, como uma forma de diversificação do olhar sobre a história, mesmo que a produção historiográfica sobre as questões teórico-metodológicas trazidas pelas fontes urbanísticas não seja tão profícua.¹⁶ Em confronto com as pesquisas tradicionais que ancoraram interpretações baseadas nas grandes obras arquitetônicas, os projetos que abundam nessa documentação são casas pequenas e médias, em sua maioria esmagadora dirigidas para moradia. A multiplicidade de autoria dos pedidos evidencia um cotidiano dinâmico da cidade, com uma prevalência de pedidos assinados por construtores não diplomados e práticos-licenciados em relação aos engenheiros-arquitetos. No entanto, as Obras Particulares nascem como implicação de normativas legais que exigem que proprietários submetam a aprovação da municipalidade construções em seus terrenos ou modificações em suas edificações. Assim sendo, há uma restrição de tipo de edificação representada nessa documentação, já que, apesar de não constar apenas palacetes mas sim um largo espectro de tipos de construções, não consegue dar conhecimento sobre as formas consideradas ilegais de morar, como os cortiços, outras moradias de caráter coletivo e casas fora dos padrões construtivos de tão diminutas.

Isso muda tudo, não apenas o conteúdo do que é escrito, mas também a relação com ele, sobretudo a relação com o efeito de real, mais persistente e tenaz, para não dizer mais invasivo. (2009, 16).

¹⁶ As pesquisas sobre história da cidade e do urbanismo se consolidaram tarde no campo da história, tendo a produção inicial dessa área sendo realizada por arquitetos e urbanistas. Pela própria formação desses profissionais, não houve então uma preocupação mais aprofundada na discussão teórico-metodológica sobre as características específicas das fontes utilizadas em seus estudos, não gerando, assim, publicações específicas sobre o tema. Quando os historiadores se introduziram nessa área já estava consolidado na historiografia fazer uma tendência a integrar as discussões teóricas à análise dos documentos, o que não também não favoreceu a sistematização das questões do trabalho com fontes urbanísticas. Essas podem ser motivações para essa ausência de produção historiográfica que se debruce sobre as fontes urbanísticas.

Ambas as fontes, então, não constroem intencionalmente um discurso público, apesar de, nas suas entrelinhas, ser possível inferir embates sobre modelos de cidade e de práticas urbanas. Não é possível fazer essa análise olhando esses documentos isoladamente, mas sim ler à luz de similaridades e descontinuidades com grandes corpos documentais, como se configuram as Obras Particulares e os Autos Crime. Enquanto o primeiro conjunto é composto por cerca de 66 mil documentos¹⁷, a dimensão do arquivo histórico do Tribunal de Justiça de São Paulo é ainda incalculável, passando há anos por um processo de informatização de informações básicas que permitirá que dimensionemos nossas pesquisas em relação ao todo da documentação ainda preservada.¹⁸ A relação entre os fragmentos trazidos pelo pedido de construção de uma cocheira de Cyro Falsoni, o auto crime aberto contra João Cláudio e o universo de seus conjuntos documentais nos permite confrontar a historiografia sobre temas importantes dentro do campo dos estudos da urbanização. Especialmente para São Paulo, e a sua historiografia urbana focada em discutir o processo de “modernização” da cidade, as discussões em torno da homogeneização, especialização e disciplinamento espacial podem ser pensadas a partir dessa documentação, tensionando as teses tradicionais sobre tal processo. Tanto as casas de Falsoni, modestas, alinhadas no lote, com função mista, comercial e residencial, quanto a habitação coletiva de João Cláudio e outros trabalhadores da estação de trem, conformam um padrão encontrado constantemente nas fontes. A recorrência de relações inter-classes, como os já mencionados afiançamentos, também dividem espaço com outros tipos de evidências de trânsito social. Pequenas casas, habitações coletivas, casas que são a continuação de um comércio no primeiro cômodo que dá à rua, convivem com palacetes e sobrados, nos mesmo bairros, por vezes nas mesmas quadras e até nas mesmas ruas.¹⁹ Nessas leituras a

¹⁷ Levantamento realizado por projeto da FAU/USP com financiamento da FAPESP, com objetivo de fazer mapeamento do acervo e digitalização de parte da documentação. O trabalho é descrito em detalhes no artigo: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Novas tecnologias para velhos desenhos: projeto de pesquisa “arquivo histórico municipal Washington Luís - a cidade de São Paulo e sua arquitetura” In: 9º seminário docomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília. Junho de 2011. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/164_M02_RM-NovasTecnologiasVelhosDesenhos-ART_beatriz_bueno.pdf>. Acessado em: 12/05/2016.

¹⁸ Iniciamos nossa pesquisa com os autos crimes de São Paulo quando da participação no grupo de trabalho “História das mulheres ex-escravas e imigrantes na história social da urbanização de São Paulo”, coordenado pela professora Maria Odila Leite da Silva Dias, e que também contou com a orientação da professora Lucília Siqueira, entre os anos de 2007 e 2011. O principal objetivo do grupo era realizar um levantamento de processos-crime do Tribunal Judiciário de São Paulo, já que, de acordo com pesquisas realizadas anteriormente pelas professoras coordenadoras do grupo, ainda havia nos depósitos desse arquivo muito material que não tinha sido trabalhado por outros pesquisadores. O recorte temporal da pesquisa era de 1870 a 1930, com a perspectiva inicial de privilegiar os que contassem com mulheres e a população pobre como agentes prioritários nas situações tratadas. Seguimos com visitas regulares ao ATJSP, realizando o levantamento dos processos, fotografando-os e incluindo seus dados básicos em uma planilha unificada entre todas as pesquisadoras do grupo. Durante esse período, foram digitalizados e catalogados 629 autos crime. Após o encerramento das atividades do grupo, prossegui com visitas regulares ao ATJSP no decorrer do meu mestrado, o que aumentou a base para 937 autos crimes. No caso dos autos crime, o ATJSP não tem dados do total de documentação que compõe esse fundo, já que a massa documental ainda se encontra em processo de digitalização das bases – mesmo ao fim de trabalho, iniciado há 10 anos, não saberemos qual era o real tamanho desse acervo, que já passou por incêndios e enchentes que destruíram parte dele. Em projeto para transferência desse acervo para o Arquivo Público do Estado de São Paulo (que não se realizou), se previa construção de um prédio anexo, tal o gigantismo do volume dessa documentação.

¹⁹ O estudo de caso selecionado para ser apresentado nesse artigo não foi escolhido de forma fortuita, pelo contrário: ele é representativo de várias práticas urbanas recorrentes tanto no conjunto de nossa documentação (em que foram consultados

dicotomia entre bairros operários e bairros de elite parece se dissolver, e as ruas se preenchem de mistura de classes, de funções, de práticas. Desafios ao disciplinamento do espaço vêm de onde menos se poderia esperar: em 1894, o Conselheiro Antonio Prado, que se tornaria o primeiro prefeito da capital, e já era um homem público de projeção no Império, pede autorização para construir uma cocheira para vacas, na rua Conselheiro Nébias, no meio do bairro do Campos Elísios, tido como o primeiro bairro de elite especializado da cidade.²⁰

Os olhares sobre a cidade propiciados pelo cruzamento desses tipos de fontes partem, então, de uma fragmentação para estabelecer nexos entre esses pequenos recortes e a estruturação da cidade de maneira mais ampla, deslindando certos consensos justamente porque não partem da busca por uma totalidade. Os dois corpos documentais de que tratamos aqui estilhaçam a cidade em inúmeros fragmentos, que inviabilizam a ansiedade do pesquisador de encaixá-los de maneira lógica. Por vezes, na leitura dessas fontes, se tem a sensação de que não vai ser possível utilizá-las para análise, já que as informações trazidas não parecem ser suficientes para realizar uma ordenação total dos elementos necessários que caracterizariam o processo da urbanização (Siqueira, 1999, 20). A falta de nitidez dessa documentação só causa desconforto, no entanto, pela incrustada sanha racionalista que almeja tudo ordenar, perdendo, com essa intenção, justamente a riqueza da nossa documentação, que nos faz confrontar com o fragmentário próprio da cidade – e da urbanização. A falta de ordenação é uma expressão da própria vida social, e da construção da cidade a partir das múltiplas relações – e conflitos - com seus agentes.

3. CIDADE EXPERIMENTADA: RELAÇÕES SOCIAIS E A CONFORMAÇÃO DO URBANO

Fontes que apresentam a urbanização a partir da fragmentação geram, como já dito, um duplo movimento para propiciar uma modificação da visão sobre o que seria esse processo,

937 autos crimes e mais de 200 encadernados das Obras Particulares), quanto em outros estudos que abordam a cidade de São Paulo a partir de uma perspectiva próxima a esse trabalho. Os apontamentos que propõe novas leituras para se problematizar as leituras tradicionais da homogeneização, especialização e disciplinamento espacial em São Paulo trazidas por esse cruzamento de fontes específico não são generalizações a partir de um caso isolado, mas sim realizados a partir de um análise relacional tanto com o conjunto de fontes, quanto com a acumulo de produção correlata, da qual podemos citar: Gennari, Luciana Além. As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005; LANNA, Ana Lucia Duarte.. O bexiga e os italianos em São Paulo, 1890/1920. In: LANNA, Ana; PEIXOTO, Fernanda; LIRA, José; SAMPAIO, M Ruth. (Org.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011; MARINS, Paula César. Garcez. Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo. In: LANNA, Ana Lucia Duarte; PEIXOTO; Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (Org.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011, v.1, p. 209-244.

²⁰ Encadernado 60. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Arquivo Histórico de São Paulo. Para uma leitura crítica sobre Campos Eliseos: MARINS, Paula César. Garcez. Op. Cit,

ao mesmo tempo em que passaram a ser consultadas por conta desse questionamento. Tradicionalmente, no Brasil, a tendência dos estudos da urbanização deriva de análises econômicas, e desse campo advém muitos dos conceitos base utilizados em nossas investigações.²¹ Um exemplo deles é a “relação “causa-efeito” entre industrialização, crescimento demográfico e questão urbana” (Carpintéro; Cerasoli, 2009, 73), que foi predominante para “explicar” a urbanização das cidades no século XIX até tempos recentes. Uma derivação dessa linha é uma interpretação sobre a especificidade da urbanização de São Paulo, que perpetua um imaginário construído de metrópole industrial, apontando que a prevalência da indústria no caso paulista foi o que favoreceu sua urbanização acentuada em relação as demais capitais brasileiras. No entanto, a capital paulista não deveu seu processo de urbanização aos lucros (materiais e simbólicos) da industrialização (Lefebvre, 1999), não se destacando, então, por essa especificidade dos demais processos de urbanização durante o século XIX.²² Uma outra linha, que pode ser encontrada tanto de forma complementar quanto paralela à anterior, se ancora em Max Weber para defender que a urbanização acontece com o surgimento de uma economia urbana, ou seja, com a efetivação de um mercado urbano (Carpintéro; Cerasoli, 2009, 66). Assim, o que determina o processo de urbanização seria um resultado lógico da divisão social do trabalho, que faz com que uma parcela da população passe a depender da outra para sua alimentação, já que se desvinculou da produção desses gêneros. Nessas duas perspectivas a urbanização se afigura como um processo completamente alheio a cidade e aos seus habitantes, que se opera por fora e por cima, como modelo determinado por elementos estranhos a própria dinâmica urbana.

Parece haver reverberações entre a adoção dessas perspectivas e a constituição do urbanismo enquanto campo disciplinar no início do século XX. Como apontou Françoise Choay (1965) a relação entre posições político-filosóficas e a leitura das cidades foi preterida pelo urbanismo para apoiar-se na técnica e no saber especializado, como estratégia para legitimar sua autoridade nas disputas com outros campos do conhecimento sobre seus objetos. Esse olhar técnico sobre a cidade foi bastante reproduzido na historiografia urbana brasileira, principalmente porque um dos motes iniciais dessa produção era percorrer a história da cidade procurando uma origem para os seus problemas urbanos

²¹ Alargando o olhar da produção historiográfica sobre a urbanização no Brasil para além do período específico de interesse desse artigo, localizamos em Nestor Goulart Reis Filho os estudos pioneiros desse campo no país, iniciando pelo *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968. Reis Filho ecoa discussões que aparecem nas obras da geração intitulada como “intérpretes do Brasil”, que apesar de tratar a questão urbana de forma secundária e subordinada, não se isentaram de tratar dela, especialmente Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Celso Furtado.

²² Na dissertação de mestrado, fiz uma síntese sobre essa questão historiográfica, discutindo o papel do capital cafeeiro investindo na própria reprodução da cidade como um fator mais importante para a urbanização paulistana: Borin, Monique Félix. *A Barra Funda e o fazer da cidade: experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920)*. Mestrado, USP: 2014.

contemporâneos.²³ Ou seja, a história urbana foi vista como “diagnóstico”, base para possíveis soluções para o planejamento urbano. A implicação dessa perspectiva é a abordagem da cidade enquadrada e limitada, que a desconsidera como um objeto aberto e multifacetado. Por outro lado, os questionamentos a essas leituras por vezes caem em uma história urbana cultural extrema, ao retirar ou ignorar simplesmente o papel da materialidade na cidade, e na sua urbanização, para atribuir uma primazia total à projeção do imaginário como constitutivo do urbano, classificando a cidade como “fruto do pensamento”.²⁴ Superando essas dicotomias, é possível discutir a cidade tanto como um fenômeno cultural quanto como materialidade de uma produção social:

É impensável separar-se a materialidade e de outras dimensões do urbano ao se estudar as maneiras como se operam as ações de melhoramentos urbanos – para se usar uma terminologia da época – em suas imbricadas relações com os projetos políticos e as concepções estéticas que definem o espaço da cidade. Cada elemento definidor do tecido urbano – legislação, orientação dos arruamentos, implantação de lotes, regulamentação das edificações, padrões e materiais construtivos, estilos arquitetônicos, etc. – ultrapassa e contém sua dimensão tangível. (Carpintéro; Cerasoli, 2009, 99-100)

A urbanização é um fenômeno que só podemos apreender na sua característica de fragmentação, o que não faz com que ela seja somente um fenômeno cultural, mas sim que só seja possível acessá-la a partir dos nexos entre as suas diversas dimensões. Seguindo essa reflexão, nos parece um caminho para a história da cidade se apoiar nas variadas e contrastantes experiências da urbanização, pois por meio delas é possível discutir o urbano a partir dessa fragmentação, analisando essas experiências não isoladamente, como projeções/construções dos/de imaginários, mas sim focando como elas interagem e são constitutivas da cidade e da sua urbanização (Bresciani, 2015). Se trata, então, de trabalhar a sociabilidade da população e a conformação do espaço urbano, buscando encontrar os nexos constitutivos entre a prática social, a memória e a constituição do espaço urbano. Tudo isso se relaciona com o fato de que o urbano não é um terreno vazio de significados, e

²³ Um balanço sobre as primeiras décadas da produção historiográfica sobre cidades foi realizada por Maria Stella Bresciani, no texto Permanência e ruptura no estudo das cidades, apresentado do primeiro Seminário de História da Cidade e do Urbanismo em 1990, e posteriormente publicado no livro: Ana Fernandes; Marco Aurélio F. Gomes. (Org.). CIDADES & HISTORIA. MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS NOS SÉCULOS XIX E XX. 1ªed.SALVADOR: UFBA, 1992, p. 11-26; Um balanço mais recente foi realizado por Marisa Carpintéro e Joasianne Cerasoli, em: A cidade como história. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

²⁴ Há uma linha dentro da história cultural que segue essa perspectiva, que pode ser conhecida no artigo: Sandra Jatayh Pesavento. Abertura – Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades imaginadas. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007.

suas populações tem que lidar continuamente com a resignificação ou destruição de formas antigas. Isso porque, aponta Lepetit, “a cidade não dissocia: ao contrário, faz convergir, num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado” (2001, 141).

Entendemos que a experiência da urbanização é um conceito amplo e multifacetado para perscrutar as dinâmicas das populações na sua relação com a cidade, sobretudo, como as vivências influem na conformação do espaço urbano, sem excluir a dimensão de como esse espaço também influencia várias dimensões de suas vivências. Significa dizer que a forma pela qual as pessoas vivem suas práticas cotidianas, suas redes de vizinhança, para dar um exemplo concreto, enfim, que seu jeito de existir na cidade, faz também parte do processo de urbanização, se relacionando com os rumos da cidade tal qual as intervenções públicas e privadas – que não estão isentas da dimensão da experiência urbana. Por essa leitura, o conceito da experiência urbana já permitiria um alargamento das visões sobre a urbanização. Não obstante, essa contribuição se enriquece ainda mais por ser entendida aqui como um elemento essencialmente relacional na sociabilidade dos agentes históricos. Ou seja, é, ao mesmo tempo tanto o que efetivamente ocorreu, quanto as perspectivas que foram derrotadas ao longo do caminho, o que poderia ter sido e não foi. No desenrolar de um processo histórico, constroem-se diversos caminhos possíveis a serem trilhados, e a escolha é sempre um palco de conflitos, já que a experiência urbana é “sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos” (Thompson, 1981, 194). Estudar as experiências da urbanização nos permite, então, uma visão ampla, ainda que a partir dos fragmentos, das contradições envolvidas nesse processo, apontando as fraturas do que se concretizou, indicando todos os outros caminhos que estavam em aberto e não foram trilhados.

Para Walter Benjamin, a experiência é “um fato de tradição, tanto na vida privada quanto na vida coletiva [...] não consiste precisamente como acontecimento fixados com exatidão na lembrança, e sim, em dados acumulados, frequentemente de forma inconsciente [...]” (Benjamin, 1975, 38). Por isso, o desejo pertence à ordem da experiência, que o articula e completa (Benjamin, 1975, 58). Ou seja, há uma inter-relação entre como uma pessoa vivencia, como entende o que vivenciou e suas projeções desse processo. Portanto a fissura é própria da experiência, que acumula em si todas essas dimensões, que, no caso da experiência urbana, se materializa no fazer da cidade. Não por acaso, estamos tratando da experiência no momento em que Walter Benjamin identifica sua atrofia, quando a primazia da conscientização do cotidiano diminui as funções do inconsciente – onde os projetos de vida que foram soterrados se encontram (Benjamin, 1975). Para Benjamin, a

experiência e a sua narração são processos ligados, uma experiência deveria produzir um testemunho, ou seja, ser capaz de se relacionar com sua realidade, tornar compreensível o vivenciado (Sarlo, 2007, 26). Haveria uma atrofia progressiva da experiência, na virada do século XIX para o século XX, porque estaria ocorrendo uma “substituição do antigo relato pela informação e da informação pela “sensação”” (Benjamim, 1975, 40). Se cada pessoa passa a ter pouco que contar por si para os outros, porque essa função vai sendo substituída por novos equipamentos, como os jornais em larga escala, se passa a uma maior interiorização da experiência, que desenvolve uma tendência a ser muito mais subjetiva que socialmente relacional.

Nesse contexto, com as funções relacionais da experiência enfraquecidas, a experiência se torna problemática, e segundo Sarlo, perde a possibilidade de se significar, tendendo para a auto-referência e para a meta-narração (2007, 27). A despeito do questionamento a respeito de questões específicas da modernidade discutidas por Benjamim sejam ou não válidas para a urbanização de nossas cidades²⁵, essa reflexão sobre a inflexão da experiência nos é interessante para a problematização do conceito da “experiência da urbanização”, por dialogar com as opções teóricas possíveis propostas por esse conceito. Quando dizemos que as experiências da urbanização são uma ferramenta para a história urbana porque, de alguma forma, esse conceito freia os impulsos de uma busca pela totalidade, isso não é dizer que os nexos que podemos formular a partir da sua análise só nos informem sobre visões parciais e pessoais. As experiências da urbanização não dizem só sobre si, sobre a experiência de cada um, mas sim só podem ser classificadas como experiência quando se estabelece um laço com seu meio, formando um nexo que lhes permitem ter um significado naquela produção social. Essa posição se afasta, portanto, da busca por uma experiência que se basta a si mesma, que produz uma verdade auto referenciada que termina em si sua função:

Seja como for, as contradições teóricas que admitem ao mesmo tempo a indizibilidade de uma verdade e a verdade identitária dos discursos de experiência criam problemas não só para a filosofia, mas para a história. [...] a intensa subjetividade do “temperamento” pós-moderno também marca esse campo de estudos. Quando ninguém está disposto a aceitar a verdade de uma história (o que Benjamin denominou os “fatos” reificados), todos parecem mais dispostos à crença nas verdades de histórias no plural (o plural: essa inflexão de

²⁵ Essa reflexão é importante, mas não é o foco da nossa análise nessa comunicação. Pretendemos discuti-la, com a relevante produção que já temos nessa área, em nosso doutorado. Para uma leitura crítica dos descaminhos da leitura de Walter Benjamin pelos estudos culturais do urbano na América Latina, ver Beatriz Sarlo, “Olvidar a Benjamin”, In: *Siete ensayos sobre Walter Benjamin*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2000.

paradigma que alcançou a mais alta categoria, o que é bom, mas também se propõe como solução verbalista a qualquer questão conflituosa). (Sarlo, 2007, 40)

O que perseguimos aqui foi outra forma de trabalhar a experiência, não excluindo o plural, mas o elevando a partir da quebra do isolamento individualizante – que, da perspectiva dessa pesquisa, é enganoso. O foco não é buscar uma reconstituição de narrativas como se por si só isso construísse o conhecimento histórico. Não se tem, portanto, a valoração do personagem isolado de seus laços sociais, de suas relações, mas sim dos nexos que ligam a experiência deste a experiência coletiva (Sarlo, 2007, 70). Estamos, assim, criando um instrumento para deslindar a crença de que o vivido pode se tornar simplesmente visível por um valor auto referencial da narração, apostando, então, na análise histórica profícua, que não pode permitir a individualização total do sujeito social. Mas fazemos isso ao mesmo tempo que questionamos os trabalhos históricos que operam a história por fora das pessoas – e das suas práticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes propostas metodológicas, e suas implicações teóricas, trazidas pelos historiadores ao campo da história da cidade e do urbanismo tem como contribuição quebrar uma abordagem puramente formal do fenômeno urbano, problematizando o uso da historiografia como uma espécie de “pano de fundo” em estudos que a cidade parece se construir a parte das relações sociais que a engendram. Se trata de lembrar, portanto, que a forma tem um sentido, tem um significado, e que estes foram pensados por pessoas, portanto é nessa dimensão que o trabalho historiográfico deve agir, perscrutando esses nexos. Estamos aqui questionando “a natureza racional/econômica dos assentamentos urbanos” (Rykwert, 2004, 5), mostrando como elementos subjetivos se aliam as questões materiais para dar corpo a tessitura da cidade, a configurando assim como “um artefato almejado, um constructo humano em que muitos fatores conscientes e inconscientes desempenham seu papel” (Rykwert, 2004, 5). Buscamos então reabilitar o papel da vivência como um preenchedor de vazios na complexa relação do humano com o urbano.

Neste caminho, a proposta do cruzamento de autos crimes com fontes criminais como recurso metodológico para a história da cidade parte de uma posição historiográfica que rejeita a visão da história como lugar de “explicação”. Só é possível ter uma visão de conjunto da história quando você lida com ela a partir da sua própria natureza, que não permite a reconstituição total, e, portanto, não é passível de ofertar uma “lição, conclusão ou

explicação”.²⁶ A história, sobretudo a história da cidade, só se realiza a partir do estabelecimento dos nexos relacionais com as suas múltiplas dimensões, dos seus embates políticos, que não se encaixam em modelos e formalismos, e que não seguem um modelo evolutivo de linearidade (Bresciani, 2002, 18-19). Essa proposta metodológica propõe evidenciar o constante esforço de relacionar memória e história, para, assim, romper a busca de uma linearidade histórica que instrumentaliza a inevitável relação passado-presente operado pela historiografia.

BIBLIOGRAFIA

Benjamin, Walter. Sobre alguns temas de Baudelaire. In: *Modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975.

Bresciani, Maria Stella Martins. Interdisciplinaridade ? transdisciplinaridade nos estudos urbanos. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 7, n. 1, p. 10-62, 2015.

Bresciani, Maria Stella Martins. “Cidade e História”. In: Oliveira, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: História e desafios*, org. Lúcia Lippi, 256-281. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Bueno, B. P. S. “Mercado Imobiliário em perspectiva histórica (1809-1950)”. In: org. Reis Filho, Nestor Goulart. *Sobre a Dispersão Urbana*. São Paulo: Via das Artes, 2009.

Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira. Novas tecnologias para velhos desenhos: projeto de pesquisa “arquivo histórico municipal Washington Luís - a cidade de São Paulo e sua arquitetura” In: 9º seminário docomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília . Junho de 2011. Disponível em:< http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/164_M02_RM-NovasTecnologiasVelhosDesenhos-ART_beatriz_bueno.pdf>. Acessado em: 12/05/2016.

Campos, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Senac, 2002.

Carpintéro, Marisa Varanda Teixeira; Cerasoli, Josianne Francia. A cidade como história. IN: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

Cerasoli, Josianne Francia. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Campinas: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2004

Choay, Françoise. *O urbanismo, utopias e realidade, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1965.

²⁶ Essa perspectiva é sintetizada pela definição de história da urbanização realizada por Nestor Goulart Reis Filho: “[...] Hoje há uma tendência a desqualificar as visões de conjunto na história. Mas, em nossa área, ela é fundamental pois estudamos nosso objeto em várias escalas. A nossa é a área de história da urbanização. Não a história das cidades mas a história da urbanização. Chamá-la de história urbana será uma concessão ao uso mas já é redução conceitual. Nossas pesquisas são sobre o processo de urbanização. Não se trata de um processo de urbanização mecânico, puramente técnico, mas de um processo fundamentalmente social e só secundariamente técnico. Estudamos a urbanização no conjunto da humanidade, de suas origens até o presente e discutimos as suas perspectivas para o futuro. [...]Entendemos que a história sempre pressupõe uma conclusão, uma lição ou visão teórica. História pressupõe uma construção teórica e uma explicação. No caso da urbanização, existe uma explicação, do seu sentido mais amplo até o mais restrito. (1981, 15-18)

Farge, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009

Gennari, Luciana Além. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2005.

Lefebvre, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Marins, Paula César. Garcez. "Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo". In: org. Lanna, Ana Lucia Duarte; Peixoto; Fernanda Arêas; Lira, José Tavares Correia de; Sampaio, Maria Ruth Amaral de. *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. 209-244. São Paulo: Alameda, 2011.

Reis Filho, Nestor Goulart. Sobre a história da urbanização: história urbana. Espaço & Debates, São Paulo, n. 34, p. 15-18, 1981.

Rolnik, Raquel. *A Cidade a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1997.

Rykwert, Joseph. *A sedução do lugar. A história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004

Sarlo, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Siqueira, Lucilia. *Bens e costumes na Mantiqueira. Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista (1840-1895.)* São Paulo: Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 1999.

Thompson, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Waisman, Marina. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Wissenbach, Maria Cristina Cortez. *Ritos de magia e sobrevivência - Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. São Paulo: Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 1997.